

# **O ponto de vista reducionista do naturalismo como fonte das distorções éticas contemporâneas: Uma reflexão a partir de Charles Taylor**

*Caroline Ferreira Fernandes\**

Nosso escopo nesse artigo é mostrar os desdobramentos do tema da ação humana na vasta obra do filósofo Charles Taylor a partir de sua visão crítica à epistemologia naturalista do Ocidente moderno. Para tal empreita, far-se-á necessário compreender as facetas da crítica do autor ao modelo naturalista de compreensão da agência humana, para então defender que há uma estrutura hermenêutica da razão prática subjacente ao empreendimento tayloriano em compreender a consciência moral moderna. A nossa hipótese interpretativa é que a visão naturalista da agência humana tem colonizado o nosso senso comum com uma ideia de razão teórica e prática profundamente desengajada e que é incapaz de alcançar uma compreensão adequada da experiência moral. Para essa defesa, a nossa proposta consistirá em três momentos fundamentais. O primeiro buscará responder uma das perguntas centrais do nosso trabalho: por que grande parte das pessoas tem esposado uma visão naturalista do entendimento humano em detrimento de uma compreensão mais rica de pessoa humana se as bases do naturalismo, como Taylor aponta, já são em si mesmas profundamente reducionistas? Para respondermos a essa pergunta, avaliaremos a estrutura epistemológica subjacente à nossa consciência moral moderna e a forte tendência do homem moderno ao desengajamento. A partir disso, mostraremos, no segundo momento do texto, as bases da crítica de Taylor aos movimentos em prol do naturalismo que ainda influenciam a nossa cultura intelectual, dentre eles estão o movimento behaviorista, há muito tempo debatido e que já não vigora mais, e o atual movimento de teorias computacionais que defendem a possibilidade de uma inteligência artificial. A tese defendida por Taylor e que endossamos aqui é que todos esses movimentos propõem uma imagem reducionista de pessoa e que eles não conseguem fazer jus às nuances da vida ordinária e aos aspectos mais intrínsecos da vida humana. Por fim, o terceiro momento desenvolverá uma crítica ao naturalismo do ponto de vista hermenêutico, mostrando as consequências sociais e antropológicas que o Ocidente moderno tem sofrido por adotar essas linguagens explicatórias manifestamente redutivas de pessoa e de agência humana. A

---

\* Mestranda em Filosofia do PPG da FAJE, na linha de ética, bolsista da CAPES. Contato: carol\_thiff@hotmail.com

partir disso, mostraremos um modelo de raciocínio prático baseado numa compreensão mais alargada de agência humana que nos capacitará compreender o conceito de pessoa moral desenvolvido por Taylor e tão caro à consciência moral moderna.

Palavras-chave: Naturalismo. Ética contemporânea. Reduccionismo. Charles Taylor.

## **Introdução**

O filósofo contemporâneo Charles Taylor tem ganhado destaque no cenário filosófico pela sua compreensão de agência humana. A sua empreita filosófica em compreender não só o agir, mas a natureza humana pelo viés da hermenêutica filosófica tem sido seu principal alvo desde a juventude, a sua primeira obra datada de 1964 intitulada *The explanation of Behaviour* já nos dá acenos disso. Seu ponto de partida inicial foi lançar uma ferrenha crítica a todo e qualquer tipo de objetivação e mecanicismo adotado para a explicação do comportamento humano, em especial o behaviorismo psicológico dos anos 50 e 60.

Nessa perspectiva, delimitamos o nosso tema aqui para a crítica que Charles Taylor faz ao naturalismo ético moderno, entendido por ele, como a forte tendência do homem moderno em buscar uma ciência do comportamento humano que se esquive de qualquer perspectiva intencional e livre do sujeito, afirmando ser um projetivismo as teorias éticas que defendem a objetividade dos valores morais humanos.

Esse ponto de partida nos levará à importância que o canadiano tem dado ao caráter autointerpretativo e de avaliação forte próprios do ser humano como modo mais alargado de compreensão da identidade humana. O que nos levará mostrar que o tema da agência humana está intimamente relacionado com a identidade humana. Para isso, investigaremos quais são as bases dessa relação inextrincável a partir de uma crítica às compreensões contemporâneas do agir ético que se baseiam em um modelo naturalista de pessoa que herdamos da revolução científica do século XVII.

O nosso trabalho será, portanto, o de analisar que tipo de naturalismo Taylor está criticando e o que ele entende pela formação da consciência moral moderna ancorada no naturalismo. Depois de compreendermos essa crítica, mostraremos alguns exemplos das tentativas modernas de defender uma explicação do comportamento humano por meio dessa nuvem epistemológica que paira ainda sobre o homem contemporâneo. Por fim, mostraremos o conceito de pessoa desenvolvido por Taylor, evidenciando uma saída para esse reduccionismo naturalista que muitos ainda insistem em defender.

## **1. A formação de uma consciência moral moderna ancorada no naturalismo**

Com a revolução científica do século XVII, a busca por exatidão, neutralidade e objetividade marcou o nosso modo de compreensão não só dos caminhos que a racionalidade trilharia, mas também da ontologia do sujeito ali implicada, por isso dificilmente compreenderíamos a agência humana de outra forma que não fosse adequada aos padrões propostos por esse modelo de racionalidade.

Segundo Taylor, a revolução científica marcou mais do que o surgimento das ciências naturais, ela ocasionou “uma revolução cosmológica em que partimos de uma imagem da ordem do mundo baseada nas Ideias para uma imagem do universo como mecanismo, foi a fundação da objetificação, a fonte e inspiração para o desenvolvimento contínuo de uma consciência moderna desengajada” (TAYLOR, 1985, p. 4-5)

Essa transformação pode ser considerada como o marco teórico para o surgimento de teorias éticas baseadas em um ponto de vista naturalista. Pois, segundo Taylor, a revolução do século XVII ao nos possibilitar o corte entre o mundo das significações e o mundo dos fatos gerou um movimento de tomar como subjetivo e, portanto, como propriedades secundárias tudo aquilo que dizia respeito ao sujeito. Assim sendo, as teorias éticas desconectaram com a ‘cadeia do ser’ do período pré-galileano para se fiar a uma ‘cadeia de raciocínio’ capaz de alcançar um procedimento do raciocínio ético do ponto de vista da terceira pessoa. Esse ponto de vista é o que Weber chama de desencantamento do mundo moderno.

Para Taylor, isso significou uma nova constituição da consciência moral a partir da revolução cosmológica de que falamos, antes o homem era visto como parte da natureza e conectado ontologicamente a uma cadeia do ser, fato e valor eram vistos como unidos inextricavelmente. Não obstante, com o surgimento das ciências naturais e da ciência pós-galileana houve o rompimento entre as noções de fato e valor, o que tem possibilitado ao homem contemporâneo “não mais entender o cosmos em termos de significado” (TAYLOR, 2003, p. 307).

Pode-se afirmar que esse movimento consistiu no marco de uma nova racionalidade prática. Com o desenvolvimento das ciências naturais houve um movimento de se estender o progresso e a, até então, autossuficiência da razão para o campo das ciências humanas, em especial, para o campo da ética. Há uma virada fundamental do conceito de razão e, principalmente, do que se passou a buscar e a esperar com esse modelo. Sucintamente, podemos dizer que nas ciências da natureza há

uma nova forma de olhar a própria natureza e nas ciências humanas uma nova forma de se olhar o homem. Para reiterar o que dissemos, Koyré nos diz:

Veze sem conta, ao estudar a história do pensamento científico e filosófico dos séculos XVI e XVII – na verdade, estão de tal forma entrelaçados e vinculados que, separados, se tornam ininteligíveis – vi-me forçado a reconhecer, como muitos outros antes de mim, que durante esse período o espírito humano, ou pelo menos o europeu, sofreu de uma revolução profunda, que alterou o próprio quadro e padrões de nosso pensamento e da qual a ciência e a filosofia modernas são, a um só tempo, raiz e fruto (KOYRÉ, 2006, p. 1)

É sobre essa revolução espiritual profunda de que fala Koyré que tentamos entender, afinal, o desenvolvimento da razão prática moderna é devedor em larga medida desse contexto histórico de onde emerge um tipo de racionalidade procedimental e desengajada que tem configurado o *Self* moderno. A esse respeito, Taylor diz:

O mundo não foi mais visto como a reflexão de uma ordem cósmica pela qual o homem estava essencialmente conectado, mas como um domínio de fato neutro, contingente, para ser mapeado ao traçar correlações, e ultimamente manipulado no cumprimento de objetivos humanos. (TAYLOR, 1975, p. 539)

Com essa noção de neutralidade, foram ressignificados os nossos horizontes significativos, as nossas raízes teleológicas, a noção de hierarquia, etc. Pode-se dizer que com isso sofremos uma revolução espiritual, para usarmos os termos de Koyré, cujas bases e consequências ainda estão sendo estudadas. Por isso, "para Taylor, este período marcou uma grande mudança na epistemologia em particular e na filosofia em geral e seu impacto foi além dos debates sobre verdade, conhecimento, método e procedimento" (ABBEY, 2000, p. 172).

Nessa perspectiva, portanto, podemos afirmar que a consciência moral moderna sofreu profundamente esse impacto, transformando o nosso modo de lidar tanto com a realidade quanto com as coisas humanas. É sobre essa transformação que tentamos salientar aqui.

Em um artigo intitulado *Ethics and ontology*, Taylor mostrará, adotando a posição de John McDowell, que o tipo de naturalismo ético que ele está criticando “é aquele que surge entre pensadores para quem ver humanos como parte da natureza significa ver seu comportamento e forma de vida como completamente explicável em termos que são consonantes com a ciência natural moderna” (TAYLOR, 2003, p. 306).

O fato é que esse movimento de explicação tem gerado distorções profundas em nossas próprias compreensões éticas. Taylor destaca, seguindo McDowell, que um dos problemas cruciais do naturalismo é a negação da objetividade dos valores morais, negando a dimensão qualitativa da ética, em busca de uma realidade neutra.

Para Taylor, a consciência moral moderna ao se ancorar no naturalismo, seja pelo viés dualista, materialista ou funcionalista não é capaz de dar conta da significância dos valores para a vida humana. Afinal de contas, tornou-se comum vê-los ou como erros de raciocínio que precisam ser reconfigurados ou apenas como projeções do indivíduo atomizado, que não devem ser levadas em conta. Para Taylor, esse modo de ver o mundo humano está equivocado em princípio.

A tentativa de Charles Taylor em compreender esse movimento está na grande adesão que ele tem tido até entre os leigos. A pergunta que queremos responder é porque grande maioria das pessoas ainda espousa essa visão estreita de mundo. Segundo Taylor, as consequências do desengajamento advogado na modernidade é a forte tendência do homem contemporâneo em pensar que a objetividade do mundo só pode ser alcançada por meio do discurso da ciência. É contra essa absolutização, portanto, que Taylor lança suas críticas. Em *Lichtung or Lebensform: Parallels between Heidegger and Wittgenstein*, ele nos adverte que há:

uma grande influência da visão desprendida sobre nosso pensamento e nossa cultura, o que tem de fato profundos vínculos com a hegemonia das instituições e práticas que requerem e sustentam uma atitude desprendida: a ciência, a tecnologia, as formas racionalizadas de produção, a administração burocrática, uma civilização comprometida com o crescimento e coisas do gênero (TAYLOR, 2000, p. 88)

Nessa perspectiva, é extremamente importante entendermos que tipo de crítica é necessário ser feita e o que significa essa necessidade para o homem contemporâneo ainda imerso nesse modelo naturalista. Segundo Simon Blackburn, a quem Taylor se opõe, no fundo, a imagem naturalista é tão plausível porque ela supõe alcançar uma resposta para a possibilidade da metafísica e colocar a metafísica no patamar de uma ciência. Ele afirma: “a auto-imagem naturalista possui uma continuidade com a ciência e, dado que a ciência é possível, a metafísica também o é” (BUNNIN & TSUI-JAMES (ORGs.), 2010, p. 84).

O fato é que, como Taylor salienta, esse naturalismo está imerso numa visão metafísica da realidade. Cabe a nós, portanto, avaliarmos se de fato ela é satisfatória para a compreensão da realidade, principalmente a realidade habitada por seres humanos. Em *Sources of the Self*, Taylor afirma que a sua críticas às teorias éticas modernas “se dirige a todos aqueles que são influenciados por uma concepção metafísica de inspiração naturalista, dos seres humanos como objetos da ciência ou como parte do universo desencantado” (TAYLOR, 2011, p. 85).

## 2. A crítica de Charles Taylor ao reducionismo naturalista

A ambição de Charles Taylor pela compreensão de uma antropologia filosófica o levou a diversos caminhos que o possibilitassem entender o que há de realmente peculiar na agência humana e o que escaparia do processo da natureza estudado nas ciências naturais.

Um deles foi desenvolver uma crítica ferrenha a qualquer tipo de mecanicismo e reducionismo do comportamento humano, mostrando que o agir humano escapa das próprias limitações naturais impostas a ele. Taylor usa o termo naturalismo para designar os reducionismos de uma ciência materialista e psicologista do comportamento humano.

Para ele, “toda a diversidade destes reducionismos forma uma família apesar de tudo. O que eles tem em comum é uma certa motivação metafísica” (TAYLOR, 1985, p.2), que ele nomeia como naturalismo, “o que significa não apenas a visão de que o homem pode ser visto como parte da natureza – em um sentido ou outro isto certamente seria aceito por todos – mas que a natureza do qual ele é parte pode ser entendida de acordo com os cânones que emergiram na revolução científica do século dezessete nas ciências naturais” (TAYLOR, 1985, p.2).

Como salientamos acima, a formação de uma consciência moral naturalista decorreu de uma revolução cosmológica e espiritual que ocorreu no irrompimento da modernidade. Esse caráter naturalista pareceu ser uma das únicas opções para o homem moderno afirmar cientificamente acerca do comportamento humano. Uma dessas vertentes apontada por Taylor foi o behaviorismo psicológico. Para ele, esse movimento foi um dos grandes marcos interpretativos acerca da possibilidade de uma ciência do comportamento humano. Sobre o que se entende por behaviorismo psicológico, Taylor afirma:

Behaviorismo tem tentado explicar o comportamento dos homens e dos animais por teorias e leis expressas em conceitos designando somente coisas e eventos físicos. A tentativa é, portanto, evitar conceitos envolvendo propósito, desejo, intenção, sentimento, e assim por diante. Tais conceitos são assegurados designar, se de fato eles designam alguma coisa em geral, coisas e eventos inobserváveis, cujo locus está no interior do indivíduo. Colocado de outro modo, a tentativa é evitar alguma referência a eventos ou atividade mentais, tal como pensamento, expectativa, entendimento e engano. Em círculos behavioristas, ‘mentalista’ é um termo pejorativo. (TAYLOR, 1967, p. 516)

Nessa perspectiva, esse movimento tem como pano de fundo a problemática sobre o nosso acesso ao mundo, sobre o problema mente-corpo. Mas o fato é que o ponto de vista materialista do behaviorismo e o rechaço ao mental não significa que resolvemos o problema em questão, mas sim desapropriamos uma função do ser

humano atribuída ao mental para o comportamental.

O fato é que, para Taylor, até pela experiência ordinária somos capazes de perceber que existe um grande hiato entre movimento e ação. É nessa distinção, portanto, que Taylor insiste defender em *The explanation of Behaviour*.

Taylor compreende dois tipos de ação para rechaçar o ponto de vista naturalista do behaviorismo psicológico e qualquer outra explicação reducionista do comportamento humano. Primeiramente, é preciso entender que há uma ação em sentido forte e uma ação em sentido fraco, a primeira ação diz respeito não só ao movimento do agente em relação à determinada situação, mas à intenção do agente sendo realizada no ato em questão.

Para exemplificar o segundo tipo de ação, ele dá o exemplo de pular a cerca (TAYLOR, 1964, p. 27). Com essa ação, pode-se perceber que não há de fato uma realização moral ou intrínseca do indivíduo sendo efetivada, porque é natural diante de um obstáculo tentarmos ultrapassá-lo.

Não obstante, essa mesma ação reserva para si muitas nuances, afinal, se o sujeito em questão estivesse treinando para um determinado jogo ou realizando movimentos de modo intencional em relação ao obstáculo. Quais seriam as diferenças entre os meus objetivos em pular a cerca, mesmo realizando o mesmo movimento? É possível prever ou controlar determinados comportamentos devido ao número de casos possíveis que eles ocorrem?

O nosso objetivo aqui é mostrar que, para Taylor, adotar um ponto de vista de previsão e controle das ações humanas poderia até se enquadrar no tipo de ação que ele nomeia por ação fraca, pois essa diz respeito ao movimento apenas e mesmo assim só podemos ter certeza dessa designação diante da descrição do sujeito dos seus motivos para determinada ação. Não obstante, as ações fortes jamais poderão alcançar um caráter de previsão e controle como o behaviorismo anseia, pois a própria noção de pessoa escapa de qualquer aparato desse tipo.

Por isso, Taylor defende a tese de que a noção teleológica e intencional da ação é capaz de dar uma visão mais apropriada da moralidade, pois ela visa demonstrar a noção de agência humana como exercendo uma relação de significado com o agente, sendo parte constitutiva da própria identidade e sentido de valor do agente.

É válido ressaltar ainda que a abordagem sobre o behaviorismo psicológico já está fora de moda (TAYLOR, 1985, p. 5). Não obstante, o fato é que ainda vigora tentativas de mapear o comportamento humano em seu cerne e encontrar nele explicações totalizantes para as nossas ações. Uma das teorias que ele discute é a

possibilidade de uma Inteligência Artificial (IA). Afinal de contas, é possível que um autômato tenha todas as características comportamentais de um ser humano? Principalmente aquelas que dizem respeito à sua própria autocompreensão? É possível que o homem seja mapeado e representado em uma máquina? Nós somos seres que ultrapassam a dimensão funcional ou tudo que há em nós é simplesmente organizado processualmente e é capaz de ser representado por uma máquina? No fundo, não voltamos ao dilema cartesiano do homem-máquina?

A todas essas perguntas, a resposta de Taylor é negativa. Pois para ele, o que essas teorias tem em comum é o caráter redutivo de compreensão da vida humana, tentando evitar aquilo que há de mais importante e notável nela. Elas ignoram o que Taylor tem chamado de significância da vida humana (TAYLOR, 1985, p. 2). Ele sintetiza em seu artigo *How is mechanism conceivable?* que:

Nossa afirmação ordinária caracteriza o nosso comportamento como ação, enquanto uma afirmação mecanicista está interessada em explicá-la *qua* movimento. A última afirmação tem como objetivo tornar conhecido as causas deste movimento, enquanto nossa explicação da ação em termos ordinários não é causal em geral: ela explica no sentido de preencher o pano de fundo (*background*), de dar informação avançada sobre que tipo de comportamento ela (a ação) é (TAYLOR, 1985, p. 167).

Nessa perspectiva, Taylor salienta que as limitações de um ponto de vista naturalista se encontra na própria compreensão de pessoa. A esse respeito, ele afirma:

O programa do naturalismo é severamente limitado em princípio. Porque não pode haver nenhum entendimento absoluto do que nós somos como pessoas, e isto em duas óbvias respostas. Um ser que existe somente em auto-interpretação não pode ser entendido absolutamente, e alguém que pode somente ser entendido contra o pano de fundo de distinções de valor não pode ser capturado por uma linguagem científica que essencialmente aspira a neutralidade. Nossa personalidade não pode ser tratada cientificamente exatamente da mesma maneira que nós abordamos nosso ser orgânico. O que é possuir um fígado ou um coração é algo que eu posso definir muito independentemente do espaço de questões em que eu existo para mim mesmo, mas não o que é ter um *self* ou ser uma pessoa (TAYLOR, 1985, p. 3-4).

### **3. O conceito de pessoa de Charles Taylor: Uma proposta engajada para o reducionismo**

A proposta de Taylor é a de que nós somos naturalmente seres que se autointerpretam e se autoavaliam, nesse movimento de autoconhecimento o homem está sempre em busca de sentido e configurando sua própria identidade hermeneuticamente. Adotando essa concepção, podemos dizer que o que nos diferencia das outras espécies para Taylor, é a nossa capacidade de avaliar nossos desejos, de ponderar previamente acerca das nossas escolhas. Nesse movimento propriamente humano, somos capazes de avaliar forte e fracamente.



Por avaliações fortes, Taylor entende as nossas discriminações acerca do que é bom e mau, certo e errado sem, contudo, levar em conta apenas os resultados das nossas ações, mas as nossas motivações por essas escolhas. Ou seja, avaliamos fortemente quando somos movidos por valores fortes, valores que nos impulsionam a escolher bens superiores, bens de vida, quando somos movidos por exigências internas à nossa própria condição de ser pessoa. Pois, para Taylor, “a avaliação forte é também um modo de articularmos a qualidade de vida e o tipo de pessoa que somos ou queremos ser” (TAYLOR, 1985, p. 26).

Nesse sentido, o conceito de pessoa que ele defende está atrelado à essa nossa capacidade, mostrando que o movimento contrário, aquele das avaliações fracas, cujo interesse das ações se alicerçam no cálculo dos resultados das ações e apenas naquilo que é desejável, muito comum em nossos dias, principalmente com a ampla difusão da teoria moral utilitarista, não pode florescer o homem em humanidade, pois desconsidera um elemento fundamental que permeia sua identidade que é o de ser avaliador não só de suas ações, mas de si mesmo. Para Taylor, seguindo a investigação de Harry Frankfurt, “o que é especificamente humano é o poder de avaliar nossos desejos, de considerar alguns como desejáveis e outros como indesejáveis” (TAYLOR, 1985, p. 15-16).

Pode-se dizer, no entanto, que para Taylor, a conquista da racionalidade moderna tem nos impulsionado por avaliar fracamente, temos sentido necessidade de dominar os resultados de nossas ações sem nos engajarmos em determinados desejos, sem sermos movidos por eles e pelos bens fundamentais.

Desengajamo-nos ao deixar de lado a avaliação qualitativa do tipo de pessoa que queremos ser, baseada na qualidade de nossa motivação, para preponderar uma avaliação baseada naquilo que é desejável apenas. Taylor chama esse contraste entre avaliador forte e fraco de relação de profundidade e superficialidade. Sua crítica ao tipo de pessoa que o homem contemporâneo tem se tornado ao dar primazia para o tipo de avaliação fraca de que falamos tem o levado à superficialidade. Isso quer dizer que quando uma pessoa “vive na superfície ela busca realizar desejos sem ser motivada por questões mais ‘profundas’ sobre o que esses desejos expressam e sustentam em relação a modos de vida” (TAYLOR, 1985, p. 26).

Nessa perspectiva, o caráter de avaliação forte e fraca se distanciam não pelo cálculo, mas pelos valores nelas implicados, pelo grau de profundidade envolvido. Segundo Taylor, “nas avaliações fracas, para que algo seja considerado bom, basta que seja desejável, enquanto que nas avaliações fortes existe o uso do ‘bom’ ou de algum outro termo avaliativo para o qual o mero desejo não é suficiente. Na verdade, alguns

desejos ou realizações desejáveis podem ser considerados ruins, humilhantes, desprezíveis, vulgares, superficiais, sem valor, e assim por diante” (TAYLOR, 1985, p. 18).

Essas características das avaliações fracas foram contribuições inegáveis da visão naturalista da realidade, visão essa que tendia ao desengajamento e à frieza da razão. Proporcionando um agente descorporificado, acreditando agir através de uma liberdade radical. Não obstante, Taylor pondera que “a promessa desse autodomínio total seria, de fato, a mais plena autodestruição” (TAYLOR, 1985, p. 35)

O que torna essa tendência naturalista incapaz de alcançar nas ciências humanas o mesmo progresso que conquistou nas ciências naturais, pois somos constituídos por estruturas antropológicas e morais que não podem ser desprezidas do sujeito que as tem, pois não há um conceito autêntico de pessoa quando não se prioriza a nossa capacidade de avaliação forte e de autointerpretação.

Taylor afirma que a filosofia moral moderna tem tendido a rechaçar qualquer forma de ontologia moral e do humano para o discurso moral. Segundo ele, isso decorre de nossa “consciência naturalista moderna que tentou afastar essa ontologia do humano e declará-la dispensável ou irrelevante para a moralidade” (TAYLOR, 2011, p. 18).

O fato é que para o filósofo canadense a pessoa é constituída por configurações inalienáveis que tornam quem ela é, sendo impossível dispensá-las. O discurso moral é permeado por relações de valores que não deixam de ser objetivos pelo fato de estarem relacionados ao sujeito.

O grande erro que ainda vigora na modernidade é acreditar que os valores morais são menos reais ou errados por estarem relacionados ao sujeito, tirando toda possibilidade de objetividade dos assuntos morais em questão, ou melhor, colocando toda objetividade só naquilo que é desengajado e visto na terceira pessoa. Como afirma Taylor, “nesse tipo de naturalismo, geralmente nos deparamos com uma admiração pelo poder da razão fria, desengajada, capaz de contemplar o mundo e a vida humana sem ilusão e de agir com lucidez para o melhor no interesse do florescimento humano” (TAYLOR, 2010, p. 22).

No entanto, Taylor afirma em *Sources of the Self* que “nenhum argumento pode levar alguém de uma posição de neutralidade com relação ao mundo, quer adotada pelas exigências da ‘ciência’, quer originada como consequência de uma patologia, à introvisão da ontologia moral” (TAYLOR, 2011, p. 21). Nessa perspectiva é necessário que resgatemos o conceito de pessoa em suas raízes ontológicas, já pressupondo que o nosso acesso ao mundo se dá no engajamento com ele e não em uma relação de

neutralidade.

Por fim, Taylor sintetiza bem a nossa empreita até aqui afirmando em *A secular age* que "a mente racional deve se abrir para algo mais profundo e mais pleno. Isto é algo interno; são nossos próprios sentimentos ou instintos mais profundos. Devemos, portanto, sanar a ruptura dentro de nós criada pela razão desengajada ao situar o pensamento em oposição ao sentimento, ao instinto ou à intuição" (TAYLOR, 2010, p. 23).

### **Conclusão:**

Diante do que foi exposto aqui, podemos afirmar que a crítica de Charles Taylor ao naturalismo ético não está baseada em um movimento de pura negação, mas sim de explicitação dos próprios limites do discurso naturalista, tendo como preocupação básica a questão de porque o homem moderno tem esposado uma visão naturalista de pessoa e de agência humana.

A nossa resposta, portanto, se baseia na visão de que ainda estamos profundamente arraigados em uma compreensão científica e naturalista da realidade, o que torna a ciência o último aval para as perguntas que fazemos. Além do mais, o caráter expressamente imediatista do homem contemporâneo, em particular, tem mostrado a busca incessante pela solução dos problemas de modo fácil e desengajado.

Não obstante isso ser uma constatação crítica da nossa época, isso não reduz o conceito de pessoa a um mero ser desengajado com a sua própria existência. O que Taylor tem em mente ao propor uma crítica aos modelos éticos contemporâneos é justamente a tentativa de mostrar que toda forma de absolutização de um modelo de compreensão apenas está fadada ao fracasso. Para ele, somos sim seres de natureza, mas também de liberdade e de razão, que não só apreende categorias, mas que interpreta sua própria vida e dá sentido à sua própria existência.

Segundo Taylor, "este mundo humano de avaliações densas e fortes precisa ser entendido em seus próprios termos, e não cortado e fatiado *a priori* a tal ponto que ele se ajuste ao modelo pós-galileano. Este mundo não pode se tornar transparente para a ciência galileana" (TAYLOR, 2003, p. 312). É ao próprio homem, portanto, que cabe dar a sua vida o significado que ela merece e isso não pode ser reduzido a nenhuma explicação naturalista de pessoa e de agência humana.

## Referências:

ABBEY, Ruth. *Charles Taylor*. Princeton, 2000.

BUNNIN, Nicholas e TSUI-JAMES, E. P. (Orgs.) *Compêndio de filosofia*. 3ª ed. São Paulo: Loyola, 2010.

KOYRÉ, ALEXANDRE. *Do mundo fechado ao universo infinito*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2006.

TAYLOR, Charles. *The Explanation of behaviour*. London: Routledge and Kegan Paul, 1964.

\_\_\_\_\_. Psychological Behaviorism, in *Encyclopedia of Philosophy*, Vol. 6. P. Edwards (ed.), pp. 516-520. New York: Macmillan, 1967.

\_\_\_\_\_. *Hegel*. Cambridge: Cambridge University Press, 1975.

\_\_\_\_\_. *Human agency and language - Philosophical papers 1*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

\_\_\_\_\_. *Argumentos filosóficos*. São Paulo: Loyola, 2000.

\_\_\_\_\_. Ethics and ontology. *The Journal of Philosophy*, Vol. 100, No. 6 (Jun., 2003), pp. 305-320.

\_\_\_\_\_. *Uma era secular*. São Leopoldo: Unisinos, 2010.

\_\_\_\_\_. *As fontes do self: a construção da identidade moderna*. 3ª ed. São Paulo, Loyola, 1997, 2011.